


ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. ("Itautec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos,

Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS (em milhares de Reais)**
A Itautec apresentou, ao final do exercício de 2024, lucro de R\$133.688 e patrimônio líquido de R\$241.354.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$279.698 representado, substancialmente, pelo montante em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5) e Créditos com precatórios (Nota 8).

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	37.127	33.209	Fornecedores		737	1.523
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	2.285	1.700	Obrigações com pessoal		7	4
Outros ativos	7	558	414	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	10.116	-
				Outros tributos a recolher		3.722	124
				Dividendos	11.3	1.270	21.308
Total Circulante		39.970	35.323	Total Circulante		15.852	22.959
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo		239.728	102.196	Provisões	10	18.414	17.139
Depósitos judiciais	10.4	3.192	3.196	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9.2	826	690
Créditos com precatórios	8	236.207	98.424	Outros tributos diferidos		115	255
Outros ativos	7	329	576	Outros passivos	7	3.137	1.426
				Total não Circulante		22.492	19.510
Total não Circulante		239.728	102.196	TOTAL DO PASSIVO		38.344	42.469
TOTAL DO ATIVO		279.698	137.519	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11.1	84.253	26.641
				Reservas de lucros	11.2	157.101	68.409
				Total do Patrimônio Líquido		241.354	95.050
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		279.698	137.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(10.147)	(4.719)
Outras receitas e despesas	13	64.697	(17.562)
Total das receitas e despesas operacionais		54.550	(22.281)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social		54.550	(22.281)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	96.653	82.310
Despesas financeiras	14	(6.236)	(13.049)
Total do Resultado Financeiro		90.417	69.261
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		144.967	46.980
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.1	(11.154)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	(125)	47.897
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(11.279)	47.897
Lucro líquido do exercício		133.688	94.877
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)		11.072	11.072
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		12,07	8,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.641	-	(5.160)	21.481
Lucro líquido do exercício		-	-	94.877	94.877
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	4.486	(4.486)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	11.3.1	-	-	(21.308)	(21.308)
Reservas estatutárias	11.2	-	63.923	(63.923)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.641	68.409	-	95.050
Saldo em 31 de dezembro de 2023		26.641	68.409	-	95.050
Transações com os acionistas					
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	11.1 (a)	42.612	(42.612)	-	-
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	11.1 (b)	15.000	-	-	15.000
Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores	11.2	-	(1.114)	-	(1.114)
Lucro líquido do exercício		-	-	133.688	133.688
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	6.684	(6.684)	-
Dividendos do exercício	11.3.1	-	-	(1.270)	(1.270)
Reservas estatutárias	11.2	-	125.734	(125.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		84.253	157.101	-	241.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itautec S.A. ("Companhia" ou "Itautec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Itautec S.A. - Grupo Itautec para Itautec S.A.

A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços.

A Itautec não é mais uma empresa operacional e a Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controladora da Itautec, se necessário, poderá prover suporte financeiro à Companhia no intuito de garantir o cumprimento de suas obrigações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Itautec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Itautec de cumprir com suas obrigações. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itautec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itautec.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Perda esperada de créditos com precatórios (Nota 8);
- Reconhecimento dos tributos diferidos (Nota 9); e
- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Nota 10).

2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu novas normas e revisões às normas já existentes.

2.5.1. Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis da Itautec não foram impactadas pela revisão das normas: (i) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Acordos de Financiamento de Fornecedores); (ii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"); e (iii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre circulante e não circulante e classificação de passivos não circulantes com covenants).

2.5.2. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2024.

A Itautec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis nas adoções abaixo:

- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2025:** (i) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Procedimentos de conversão para moedas não conversíveis); (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (Alinhamento das normas brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board).
- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2026:** CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 - Instrumentos financeiros (Questões práticas sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros).
- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2027:** IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (Aplicação de requisitos de divulgação reduzidos). Foi emitida pelo IASB (ainda sem Pronunciamento correspondente emitido pelo CPC) a norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras que substitui

o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras, estabelecendo agrupamentos conforme características de similaridade. Adicionalmente, foram implementadas pequenas alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos.

A nova norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, de forma retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis que a Companhia adotou, de forma consistente nos exercícios, estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
Política Contábil
• Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes: **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado (VJR): São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponde somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.

Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura

econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

• Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

• Valor justo

É determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;
 - Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 - Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
- A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado		VJ		Total	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	39	34	37.088	33.175	37.127	33.209
Depósitos judiciais	10.4	3.192	3.196	-	-	3.192	3.196
Créditos com precatórios	8	236.207	98.424	-	-	236.207	98.424
Outros ativos	7	887	990	-	-	887	990
Total de Ativos financeiros		240.325	102.644	37.088	33.175	277.413	135.819
Passivos financeiros							
Fornecedores		737	1.523	-	-	737	1.523
Obrigações com pessoal		7	4	-	-	7	4
Dividendos	11.3	1.270	21.308	-	-	1.270	21.308
Outros passivos	7	3.137	1.426	-	-	3.137	1.426
Total de Passivos financeiros		5.151	24.261	-	-	5.151	24.261

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos financeiros mensurados a valor justo são classificados na hierarquia como nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrente do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos
4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e o resgate garantido pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

Compreende a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa e Créditos com precatórios, sendo a



ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

Na gestão do risco de crédito do: (i) Caixa e Equivalentes de caixa a Companhia estabeleceu limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais; e (ii) Créditos com precatórios a Companhia acompanha os históricos de pontualidade nos pagamentos e avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

4.2.3. Riscos de liquidez

Corresponde à possibilidade da Companhia não honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante sua capacidade de pagamento.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	737	-	737
Obrigações com pessoal	7	-	7
Dividendos	1.270	-	1.270
Outros passivos	-	3.137	3.137
Total	2.014	3.137	5.151

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

O caixa e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensuradas a valor justo.

5.1. Composição

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	39	34
Aplicações financeiras	37.088	33.175
Total	37.127	33.209

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

A variação no exercício de R\$585 é composta, substancialmente, por ingressos, restituições de tributos, compensações efetuadas e reversão de provisão para perdas anteriormente constituídas.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos				
Adiantamento para funcionários	-	9	-	-
Despesas antecipadas	367	213	128	192
Outros ativos	191	192	201	384
Total	558	414	329	576
Outros passivos				
Honorários advocatícios	-	-	2.989	1.278
Compromisso com ex-acionistas	-	-	148	148
Total	-	-	3.137	1.426

8. CRÉDITOS COM PRECATÓRIOS

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	8.1	99.825	96.144
Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	8.2	134.174	-
ICMS/SP atualização de saldo credor	8.3	89.787	89.787
Demais precatórios	-	2.208	2.280
(-) Provisão para perdas	8.3	(89.787)	(89.787)
Total		236.207	98.424

8.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se ao crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706.

Do valor pleiteado, em 23 de março de 2023 a Fazenda Nacional reconheceu como devido o montante de R\$92.805, resultando no reconhecimento contábil do ativo, dos quais R\$35.592 corresponde ao PIS e COFINS recuperados, e R\$57.213 atualização monetária. Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado é de R\$99.825.

Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Companhia, inclusive com relação à parcela controversa (Nota 10.3.2.2.), cuja avaliação dos assessores jurídicos é de risco remoto.

8.2. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a Itaútec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP), sendo também definido o critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008).

Em dezembro de 2024, com o reconhecimento pela Fazenda Nacional do valor devido, a Itaútec reconheceu o ativo no valor atualizado de R\$134.174, dos quais R\$58.009 correspondem ao principal, reconhecido em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas" (Nota 13.1) e R\$76.165, correspondem a atualização monetária, reconhecido no "Resultado financeiro" (Nota 14.1). Atualmente, aguarda-se a expedição de precatório pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

8.3. ICMS/SP atualização de saldo credor

Refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itaútec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. Baseada no histórico de imputabilidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, a Itaútec reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade dos referidos créditos.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente:

- Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e
- Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

Os tributos correntes estão apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados. Os tributos diferidos estão apresentados no Não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

9.1. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Nota	2024	2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		144.967	46.980
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%) (Acrescimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos		(49.289)	(15.973)
Juros sobre capital próprio		2.523	-
Créditos tributários realizados/(não constituídos)		6.097	37.346
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	11	9.919
Atualização Selic sobre ICMS na base do PIS/COFINS		27.186	20.588
Outros		2.193	(3.983)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(11.279)	47.897
Correntes		(11.154)	-
Diferidos		(125)	47.897
Alíquota efetiva		7,8%	22,5%

Do valor apurado de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes de R\$11.154, houve antecipações realizadas no exercício no montante de R\$1.038, restando a pagar um saldo de R\$10.116.

9.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$68.594 (R\$74.688 em 31 de dezembro de 2023), não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Referidos créditos, poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para utilização.

Em outubro de 2024, ocorreu o reconhecimento e a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$11 (R\$47.900 em 2023), conforme evento descrito na nota 10.1.1.1 (i).

10. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política Contábil

• Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desdobro de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantia são reconhecidas no Resultado financeiro.

• Passivos Contingentes

Não são provisionados, aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

• Ativos Contingentes

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

10.1. Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

10.1.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Nota	Tributários (Nota 10.1.1.1.)	Trabalhistas (Nota 10.1.1.2.)	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022		41.072	7.404	1.847	50.324
Causas judiciais					
Constituição		1.451	1.161	-	2.612
Atualização monetária		1.681	438	157	2.276
Programa Litígio Zero	10.1.1.1.(i)	(21.750)	-	-	(21.750)
Reversão		-	(1.632)	(2)	(1.634)
Pagamentos		-	(690)	-	(690)
Conversão em renda (**)		(3.219)	-	-	(3.219)
Subtotal		19.235	6.681	2.002	27.919
(-) Depósitos judiciais (*)		(8.259)	(2.520)	-	(10.779)
Saldo em 31/12/2023		10.976	4.161	2.002	17.139
Saldo em 31/12/2024		19.235	6.681	2.002	27.918
Causas judiciais					
Constituição		133	781	-	914
Atualização monetária		973	611	221	1.805
Programa Litígio Zero	10.1.1.1.(i)	(27)	-	-	(27)
Pagamentos		-	(1)	-	(1)
Conversão em renda (**)		(6.838)	(3.634)	-	(10.472)
Subtotal		13.476	4.438	2.223	20.137
(-) Depósitos judiciais (*)		(1.723)	-	-	(1.723)
Saldo em 31/12/2024		11.753	4.438	2.223	18.414

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

(**) Baixa definitiva de processos julgados de forma desfavorável à Companhia, com a liberação dos valores depositados em juízo em favor da parte reclamante.

10.1.1.1. Tributários

(i) Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Programa Litígio Zero" Diante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023 e do Edital de transação por adesão nº 1, de 18 de março de 2024, que estabeleceram a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com a possibilidade de liquidação mediante descontos e a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a Companhia avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais e optou pela liquidação em 2024 de 1 processo (34 processos em 2023), com desembolso de caixa no montante de R\$7 (R\$21.376 em 2023).

(ii) PIS e COFINS

Destaca-se a autuação lavrada em 2015, para cobrança de PIS e COFINS de 2011, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$77.294 (R\$73.017 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$ 9.795 (R\$9.277 em 31 de dezembro de 2023) são classificados como risco provável.

A cobrança advém de: (i) glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de insumos; e (ii) multa por alegado armazenamento incorreto de informações fiscais, em desconformidade ao previsto na Instrução Normativa nº 86/2001.

Em outubro de 2024 o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") anulou parcialmente a autuação. No momento, aguardamos a operacionalização da redução dos valores promovidos por ocasião do referido julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

10.1.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos, das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revistos periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próxima possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente pela SELIC para os casos que já ocorreram a citação judicial, ou já tiveram sentença transitada em julgado que não havia previsto índice específico, conforme decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). Para os processos com sentença transitada em julgado em que consta a previsão expressa do indexador e taxa de juros, aplica-se o índice previsto (Taxa Referencial ("TR") ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E")) acrescido de juros de 1% ao mês.

10.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	99.502	96.173
Cíveis	268	872
Total	99.770	97.045

10.2.1. Tributários

Em 31 de dezembro de 2024 destacam-se: (i) R\$59.524 (R\$56.473 em 31 de dezembro de 2023) referentes às discussões judiciais e administrativas envolvendo glosa de créditos de PIS e COFINS; e (ii) R\$22.930 (R\$22.016 em 31 de dezembro de 2023) referentes às discussões administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de tributos federais recuperados judicialmente.

10.3. Ativos contingentes

10.3.1. Prováveis

A Companhia possui ativos contingentes oriundos de processos judiciais que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. O montante aproximado, antes dos tributos e custos relacionados, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$20.278 (R\$155.500 em 31 de dezembro de 2023) e, em caso de resolução favorável, a Administração entende que este valor deverá ser recebido a longo prazo.

A variação no exercício refere-se ao processo de crédito de IPI, decorrente de insumos adquiridos na Zona Franca de Manaus, que teve o reconhecimento do valor devido por parte da Fazenda Nacional, no montante atualizado de R\$134.174 (Nota 8.2).

10.3.1.1. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

A Companhia obteve decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/90, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

10.3.2. Possíveis

A Companhia também possui outros potenciais ativos contingentes com probabilidade de êxito classificada como "possível", dentre os quais destacamos os processos abaixo.

10.3.2.1. Sobrepreço na compra de cineoscópios e tubos

Em dezembro de 2015, a Itaútec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cineoscópios e tubos CRT ("Cathode Ray Tubes") utilizados pela Itaútec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em agosto de 2020 e novembro de 2021 a Companhia celebrou Acordo com as empresas LG Electronics Inc. (LG), Philips e Technicolor (e suas afiliadas), ocasionando uma recuperação de despesa no montante de R\$113.123 reconhecidos na rubrica "Outras Receitas e Despesas". Em fevereiro de 2024, um dos réus recorreu de decisão favorável para a Companhia, o qual aguarda julgamento perante a Corte da Holanda. O valor da indenização será apurado em sede de perícia.

10.3.2.2. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se a parcela controversa da ação em que se discute a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8.1).

Em 31 de dezembro de 2024, a parcela controversa no montante de R\$103.953 (R\$89.983 em 31 de dezembro de 2023) não foi reconhecida pela Fazenda Nacional sob o argumento de que foram valores recolhidos via compensação ou oriundos de saldo credor que não podem compor o indébito tributário. A Itaútec apresentou defesa demonstrando a regularidade das compensações e da formação do saldo credor e aguarda julgamento perante a Justiça Federal de São Paulo.

10.4. Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	3.116	3.079
Trabalhistas	76	117
Total	3.192	3.196

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$84.253 (R\$26.641 em 31 de dezembro de 2023) representado por 11.072.186 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Eventos 2024

(a) Em 30 de abril de 2024, os acionistas deliberaram o aumento do Capital social com integralização de Reservas de lucros no montante de R\$42.612 (Nota 11.2).

(b) Em 20 de



ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

Nota	2024	2023	31/12/2024				31/12/2023																																											
			Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos																																								
Despesas financeiras																																																		
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.317)	(3.744)																																																
Variação cambial passiva	(57)	(6)																																																
Atualização de provisões com processos	10.1 (1.805)	(2.276)																																																
Outras atualizações monetárias	(49)	(117)																																																
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i) -	(6.872)																																																
Outras despesas financeiras	(8)	(34)																																																
	(6.236)	(13.049)																																																
	90.417	69.261																																																
14.1. Créditos judiciais e administrativos																																																		
Em 2024, do montante de R\$86.854, R\$76.165 refere-se ao reconhecimento inicial do crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 8.2). Em 2023, do montante de R\$73.969, R\$57.213 refere-se ao reconhecimento inicial da atualização de créditos oriundos de PIS e COFINS vinculados à exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições (Nota 8.1).																																																		
15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS																																																		
15.1. Planos de previdência privada																																																		
A Companhia faz parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaú Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e regulada pelos órgãos competentes. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - PAI - CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.																																																		
15.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano CD																																																		
O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2024 com 1.336 participantes (1.381 em 31 de dezembro de 2023), sendo 1 ativo, 344 assistidos e 991 vinculados. No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. A Companhia não realizou contribuições nos exercícios de 2024 e 2023 por não haver colaboradores contribuintes do Plano CD e, caso houvesse, a Companhia utilizaria o Fundo Previdencial.																																																		
(a) Fundo Previdencial																																																		
As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com o regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras. O saldo do Fundo Previdencial em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.163.873 (R\$1.087.986 em 31 de dezembro de 2023).																																																		
15.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD																																																		
É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes. Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.																																																		
16. PARTES RELACIONADAS																																																		
As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. A Companhia segue a "Política para Transações com Partes Relacionadas", estabelecida pela sua controladora Itaú, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar ou pagos à Itaú (Nota 11.3), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Natureza</th> <th>Relacionamento</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4">Ativo</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Caixa e Equivalentes de caixa</td> </tr> <tr> <td>Itaú Unibanco</td> <td>Conta corrente</td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Resultado</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Despesas gerais e administrativas</td> </tr> <tr> <td>Itaú Corretora</td> <td>Prestação de serviços de escrituração de ações</td> <td>(21)</td> <td>(21)</td> </tr> <tr> <td>Itaúsa</td> <td>Despesa de aluguel</td> <td>-</td> <td>(12)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td>(21)</td> <td>(33)</td> </tr> </tbody> </table>											Natureza	Relacionamento	31/12/2024	31/12/2023	Ativo				Caixa e Equivalentes de caixa				Itaú Unibanco	Conta corrente	21	21	Total		21	21	Resultado				Despesas gerais e administrativas				Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	(21)	(21)	Itaúsa	Despesa de aluguel	-	(12)	Total		(21)	(33)
Natureza	Relacionamento	31/12/2024	31/12/2023																																															
Ativo																																																		
Caixa e Equivalentes de caixa																																																		
Itaú Unibanco	Conta corrente	21	21																																															
Total		21	21																																															
Resultado																																																		
Despesas gerais e administrativas																																																		
Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	(21)	(21)																																															
Itaúsa	Despesa de aluguel	-	(12)																																															
Total		(21)	(33)																																															
A Companhia possui garantias prestadas pela Itaúsa, representadas por operação de aval garantidor de seguro garantia em processos judiciais, em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$57.072 (R\$54.959 em 31 de dezembro de 2023).																																																		
17. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA																																																		
Atividades de financiamento																																																		
Dividendos deliberados não pagos																																																		
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos																																																		
Total																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos deliberados não pagos</td> <td>1.270</td> <td>21.308</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital por meio de crédito de dividendos</td> <td>(15.000)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(13.730)</td> <td>21.308</td> </tr> </tbody> </table>												2024	2023	Dividendos deliberados não pagos	1.270	21.308	Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	(15.000)	-	Total	(13.730)	21.308																												
	2024	2023																																																
Dividendos deliberados não pagos	1.270	21.308																																																
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	(15.000)	-																																																
Total	(13.730)	21.308																																																
DIRETORIA																																																		
<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Maria Fernanda Ribas Caramuru</td> <td>Priscila Grecco Toledo</td> <td>Ricardo Egydio Setubal</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Maria Fernanda Ribas Caramuru	Priscila Grecco Toledo	Ricardo Egydio Setubal																																					
Maria Fernanda Ribas Caramuru	Priscila Grecco Toledo	Ricardo Egydio Setubal																																																
CONTADORA																																																		
Sandra Oliveira Ramos Medeiros CRC 1SP 220.957/O-9																																																		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas Itautec S.A.			
Opinião			
Examinamos as demonstrações contábeis da Itautec S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.			
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis			
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável			
é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. 			
São Paulo, 13 de fevereiro de 2025			
		PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	
		Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev Contadora CRC 1SP245281/O-6	

Guerra comercial Pressão americana

País comprou dos EUA 11,8% a mais do que vendeu em 10 anos

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços indicam que, em um recorte temporal iniciado em 2014, as importações brasileiras de produtos vindos dos Estados Unidos foram 11,85% superiores às exportações.

A balança comercial entre os dois países ganhou relevância nos últimos dias diante do anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de elevar a tarifa sobre importações dos EUA. As investidas de Trump nas transações comerciais têm alimentado, entre analistas e governantes, o receio de uma guerra comercial global.

Na soma do período, as ex-

portações do Brasil para os EUA chegaram a US\$ 337,8 bilhões; e as importações, a US\$ 377,8 bilhões. O saldo da balança comercial no período indica que o Brasil comprou US\$ 40 bilhões a mais do que vendeu

Superávit
Em 10 anos, exportações do Brasil para os EUA chegaram a US\$ 337,8 bi; as importações, a US\$ 377,8 bi

para os Estados Unidos.

Estudo do banco Itaú aponta que, em uma nova rodada de conflito comercial, os impactos positivos para o comércio brasileiro podem ser mais limitados, enquanto as consequências negativas tendem a ser maiores. "Na primeira guerra

comercial de Trump (*durante seu primeiro mandato*), em termos relativos, o Brasil acabou sendo beneficiado. Em primeiro lugar, a gente não pagou tarifas. O setor do aço chegou a ser cogitado, mas (*os EUA*) desistiram. O fato é que o País performou muito bem, dado que outros países estavam pagando tarifas", afirma Igor Barreto Rose, economista do Itaú e responsável pelo estudo. O trabalho ainda teve a autoria de Julia Marasca, também economista do Itaú.

"E, na outra ponta, a China retaliou as tarifas americanas e passou a comprar menos produtos do agro. O Brasil se beneficiou vendendo mais produtos para os chineses. Nos beneficiamos nas duas pontas", acrescenta Igor.

"No cenário atual, há chan-

BALANÇA COMERCIAL ENTRE O BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Importações brasileiras superaram as exportações em todos os anos desde 2014



FONTE: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

ces de uma tarifa em cima do Brasil", afirma Igor. Entre os riscos apontados pelos economistas do banco está o fato de Trump utilizar as tarifas como instrumento de negociação. Existe a possibilidade de que o governo chinês feche acordo com os EUA para com-

prar mais produtos americanos. Em 2020, eles chegaram a assinar um acordo comercial. "Se esse for o caso, é um risco negativo para o Brasil, porque a China passaria a comprar mais soja dos EUA e, portanto, menos do Brasil", afirma Igor. ●